



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 907/2018-ML

ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

REFERÊNCIA: PROCESSO N.º 35.896/2014

EMENTA: 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES ATINENTES AO DESCUMPRIMENTO DO ART. 117, X, DA LEI Nº 8.112/1990 E DO **ITEM B.4** DA DECISÃO Nº 42/2006. REPRESENTAÇÃO DO **PARQUET** DE CONTAS. IRREGULARIDADES QUANTO AO EXERCÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS POR SERVIDORES DA SES/DF. INFRAÇÃO FUNCIONAL. ART. 193, IX E X, DA LC Nº 840/2011. CONFLITO DE INTERESSES. SERVIDORES DA SES/DF INTEGRANTES DO QUADRO SOCIETÁRIO DE CONTRATADAS PELA PASTA. VEDAÇÃO PREVISTA NO ART. 9º, III, DA LEI Nº 8.666/1993. **FALTA MÉDIA E GRAVE**. ART. 192, IV, E 194, IV, DA LC Nº 840/2011. DECISÃO Nº 1.380/2018. REITERAÇÃO DE DETERMINAÇÕES CONTIDAS NA DECISÃO Nº 4.840/2017 E SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO ACERCA DAS APURAÇÕES INDICADAS NA DECISÃO Nº 5.089/16.

2. CORPO INSTRUTIVO SUGERE QUE O TRIBUNAL CONSIDERE PARCIALMENTE CUMPRIDA A DELIBERAÇÃO PLENÁRIA. NOVAS DETERMINAÇÕES, ALERTAS.

3. **PARECER PARCIALMENTE CONVERGENTE DO MPC/DF.** ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DA DETERMINAÇÃO CONTIDA NO ITEM **II.B.1** DA DECISÃO Nº 1.380/2018. INSUBSISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS EM RELAÇÃO AOS ITENS **II.A**, **II.B.2** E **II.B.3**. REITERAÇÃO DE DETERMINAÇÕES E EMISSÃO DE ALERTAS.

1. Trata-se de Processo instaurado em decorrência da r. Decisão nº 1.894/2014, para apurar possível descumprimento do art. 117, X, da Lei nº 8.112/1990 e da Decisão nº 42/06 por servidores da Secretaria de Estado de Saúde do DF.

2. Posteriormente, a Representação nº 14/2015-ML, inicialmente tratada no Processo nº 24.082/2015-e, foi juntada ao feito em exame.

3. A aludida Representação identificou possível descumprimento do art. 193, IX e X, da LC nº 840/2014, caracterizado pelo **exercício de administração ou gerência de sociedades empresárias por servidores da SES/DF**. Reportou, ainda, aparente inobservância da vedação prevista no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993, em face da existência de indícios de participação de servidores da jurisdição no quadro societário de pessoas jurídicas contratadas pelo Órgão distrital.



MPCDF

Fl. 950
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

4. Na Sessão Ordinária nº 4.903, de 4/10/2016, o e. **TCDF**, a par do reconhecimento da procedência da Exordial emanada do **MPC/DF**, emitiu determinações e alertas aos Órgãos distrital responsáveis pela realização das atividades de correções para avaliação das condutas inquinados, nos termos da r. Decisão nº 5.089/2016:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 482/644 667/744; II – ter por: a) cumprido o inciso I, alínea ‘b’ da Decisão nº 1.048/16 ; b) descumprido o inciso I, alínea ‘a’ da Decisão nº 1.048/16 ; III – julgar procedente a Representação nº 14/2015-ML, no que se refere ao exercício cumulativo de cargo público com administração ou gerência de entidade privada por alguns servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, bem como no que tange à infringência ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 por agentes públicos do referido órgão distrital; IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento da deliberação que vier a ser proferida, dê cumprimento ao inciso V da Decisão nº 1.894/14 com prioridade para os 94 servidores listados na Tabela I (fls. 646/648); b) no prazo de 60 (sessenta) dias, promova a apuração de suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da Lei Complementar nº 840/11, dando conhecimento a esta Corte das providências adotadas em face: 1) das servidoras Rosana Chicon Silva, e Renata Miguel Quirino, em relação ao vínculo com o Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda. no período de 7.4.2014 a 1.6.2015; 2) do servidor Arnaldo Alexandre Alves de Araújo, em relação aos vínculos com os Hospitais Santa Helena e Prontonorte; c) no prazo de 60 (sessenta) dias, mande apurar se as condutas relatadas no parágrafo 15 e seguintes (fls. 651/660), praticadas pelos servidores listados na Tabela II (fl. 659) se enquadram nas hipóteses previstas nos arts. 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, ambos da Lei Complementar nº 840/11; d) nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos citados na alínea anterior, encaminhe ao Tribunal os respectivos relatórios conclusivos; e) adote medidas efetivas voltadas à identificação de contratos atualmente em execução que tenham no quadro societário das entidades contratadas servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, promovendo a devida apuração e disso dando conhecimento ao Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias; V – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que o art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 veda a contratação de entidades privadas cujos sócios ou parentes dos sócios até o terceiro grau sejam servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ainda que afastados ou licenciados por qualquer motivo, além de não permitir que os executores de contratos trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos com sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas; VI – determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que encaminhe ao Tribunal cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas no Processo nº 480.000.139/15, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver; VII – encaminhar cópia das Informações de fls. 645/662 e 746/748 e desta decisão: a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a fim de subsidiar o cumprimento da determinação contida no inciso IV, alínea ‘a’; b) ao



MPCDF

Fl. 951
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

*Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 185 do Regimento Interno desta Corte (Resolução nº 38/90), para avaliar se as condutas ora analisadas configurariam ilícitos penais ou atos de improbidade administrativa; **VIII – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal** que o que consta na Portaria nº 292/2001-SGA não exige a necessidade de análise, quanto à regularidade da acumulação de cargos, empregos e funções públicos pelo(s) órgão(s) do(s) vínculo(s) anterior(es), quando da omissão da entidade do último vínculo, por força do previsto no art. 180, inciso V, c/c o art. 48 da Lei Complementar nº 840/11, em especial quando o novo vínculo for em órgão não submetido à Portaria nº 292/2001-SGA; IX – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.*

5. Posteriormente, procedendo ao exame das informações prestadas pelos Órgãos distritais indicados no r. **Decisum** supra, o e. **TCDF**, na Sessão Ordinária nº 5.026, de 27/3/2018, proferiu a r. Decisão nº 1.380/2018, nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – tomar conhecimento** dos documentos de fls. 896/900 e informações constantes da mídia constante do Anexo II, que se reporta ao deslinde do Processo Administrativo Disciplinar 15/17 (Processo nº 060.002.625/17); **II – reiterar: a)** à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de em 90 (noventa) dias, dê fiel cumprimento ao inciso IV, alínea ‘a’, da **Decisão 4.840/17**, de modo que encaminhe ao Tribunal o relatório final elaborado pela comissão processante designada para atuação no Processo nº 480.000.139/15 (apensado ao de nº 480.000.194/15), bem como as decisões das instâncias superiores, se houver, recomendando à jurisdicionada que priorize a instrução de tais processos; **b)** à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, dê fiel cumprimento ao inciso IV, alínea ‘b’, da **Decisão 4.840/17**, de modo que encaminhe ao Tribunal: 1) cronograma, observada a natureza e a gravidade das infrações, com a previsão de autuação dos Processos Administrativos Disciplinares de que trata do Relatório Conclusivo da Sindicância Administrativa nº 5; 2) os relatórios conclusivos dos Processos Administrativos Disciplinares nºs 12/17, 13/17 e daqueles referidos no Memorando nº 111/2017- GAB/CORGE/SES anexo ao Ofício nº 501/2017- GAB/SES (à exceção do mencionado no item I, acima), bem como, se houver, os relativos a PADs instaurados a partir da conclusão da Sindicância Administrativa nº 5; 3) os resultados das apurações de que trata o inciso IV, alínea ‘e’, da **Decisão nº 5.089/16**; **III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.**”*

6. Em atenção ao item II.a do r. **Decisum** supra, a Controladoria-Geral do Distrito Federal encaminhou o Ofício nº SEI-GDF nº 39/2018 – CGDF/SUCOR/COPDF, fls. 927/928, que foi acompanhado do Despacho à fl. 928. Nos expedientes indicados, o Órgão de Controle Interno do Distrito Federal discorreu que ainda não foi finalizada a fase de instrução do Processo nº 480.000.194/2015 e que o e. **TCDF** será cientificado acerca dos resultados da apuração ao cabo do procedimento correccional.



MPCDF

Fl. 952
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

7. No tocante ao processamento do feito, a CGDF, de modo a evitar o alcance do prazo prescricional, sinalizou priorização dos processos com maior possibilidade de alcance do termo caducificante.
8. Por seu turno, a SES/DF remeteu os expedientes presentes às fls. 917/926. Nos documentos em comento, a Pasta destacou que o exame dos registros das juntas comerciais evidencia três situações distintas relacionadas ao exercício de empresa por servidores distritais.
9. **In casu**, ao compulsar as informações indicadas, a SES/DF constatou casos de ausência de irregularidade, em face da inexistência de exercício cumulativo de cargo público com administração ou gerência de entidade privada.
10. Lado outro, a Secretaria identificou **duas hipóteses** de configuração de irregularidade com o condão de demandar a instauração de processos administrativos disciplinares. Na espécie, a averiguação realizada pela SES/DF constatou tanto a ocorrência de exercício atual de gerência ou administração de pessoa jurídica por servidores quanto a verificação pretérita e já elidida da mencionada irregularidade.
11. Acerca dos fatos indicados, conforme aduziu o Corpo Instrutivo, tendo como referência os dados atinentes aos 94 servidores indicados na tabela às fls. 646/648, a SES/DF instaurou **23 processos administrativos disciplinares**, os quais contemplam os **117 servidores** que teriam infringido as disposições do art. 193, incisos IX e X, da Lei Complementar nº 840/2011.
12. Em relação ao item II.b.1 da r. Decisão nº 1.380/2018, fl. 913, a Secretaria de Estado de Saúde noticiou a instauração de 11 PAD's. Nesse particular, a Pasta enfatizou o arquivamento do **Processo nº 060.002.449/2017**, o que fez com arrimo no Relatório do Processo Administrativo Disciplinar nº 013/2017.
13. No que concerne aos procedimentos indicados no item II.b.2 da r. Decisão nº 1.380/2018, a SES/DF sublinhou que no bojo do **Processo nº 060.002.622/2017**, instaurado para exame do Processo Administrativo Disciplinar nº 18/2017, o Exmo. Governador do Distrito Federal converteu a penalidade suspensão aplicada em multa, consoante publicação realizada no DODF nº 215, de 9/11/2017.
14. Malgrado o deslinde dos procedimentos apuratórios, o Corpo Instrutivo opinou pela reiteração da diligência em relação aos PADs 13/2017 (**Processo nº 060.002.449/2017**) e 18/2017 (**Processo nº 060.002.622/2017**), considerando a ausência de envio ao e. TCDF do relatório conclusivo e das decisões das instâncias superiores proferidas nos feitos em comento, o que denota descumprimento do item II.b.2 da r. Decisão nº 1.380/2018.
15. Ainda quanto ao item II.b.2 da r. Decisão nº 1.380/2018, consoante exame engendrado na informação às fls. 930/946, verifica-se que os **Processos nºs 060.002.450/2017**



MPCDF

Fl. 953
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

(PAD nº 12/2017), **060.002.625/2017** (PAD nº 15/2017), **060.002.624/2017** (PAD nº 16/2017) e **060.002.623/2017** (PAD nº 17/2017) aguardam deliberação do Exmo. Governador do Distrito Federal acerca da proposta de aplicação da penalidade demissão aos servidores.

16. Quanto aos feitos indicados, em razão do transcurso do prazo estabelecido em lei para manifestação da autoridade competente, o Corpo Instrutivo sugeriu emissão de **alerta** ao Exmo. Sr. Governador quanto à carência de análise de mérito dos feitos indicados, tendo em conta os termos dos arts. 202, **caput**, e § 2º; 203 e 206; e 255, II, **a**, da LC nº 840/2011.

17. Proposta semelhante foi alvitada em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2017, tratado no âmbito do **Processo nº 060.002.620/2017**, tendo em conta a ausência de avaliação da proposta de **aplicação da sanção de cassação de aposentadoria do servidor inativo** pelo Governador do Distrito Federal.

18. Em relação ao **Processo nº 060.002.621/2017** (PAD nº 19/2017), o Corpo Instrutivo arrazouou que o aludido feito foi encaminhado para pronunciamento da CGDF no tocante à aparente identidade de objeto da apuração com a realizada no **Processo nº 480.000.139/2015**. Quanto à avaliação da suposta repetição de apuração em curso, o Corpo Instrutivo entendeu pertinente solicitar informações da CGDF, consoante proposta apresentada nos parágrafos 5 a 15 da Informação às fls. 930/946.

19. Ademais, no que concerne aos **Processos nºs 060.00239700/2017-25** (PAD nº 002/2018) e **060.00030425/2018-67** (PAD nº 30/2018), nos quais ainda não houve emissão de opinião conclusiva acerca das condutas avaliadas, o Corpo Instrutivo sugeriu emissão de alerta à SES/DF, em face da inobservância do prazo estabelecido no art. 217, parágrafo único, da LC nº 840/2011.

20. Do mesmo modo, visto que a autoridade competente da SES/DF ainda proferiu decisão no **Processo nº 060.002.626/2017** quanto ao mérito do PAD nº 14/2017, o Corpo Instrutivo sugeriu emissão de alerta à SES/DF.

21. Por fim, quanto às medidas adotadas pela SES/DF para identificação de contratos em execução que tenham no quadro societário das entidades contratadas servidores da SES/DF (item IV.e da r. Decisão nº 1.380/2018), eis o obtemperado pelo Corpo Técnico:

“(…)

45. Resposta: Em relação ao assunto, cotejando os esclarecimentos do Chefe da Unidade Setorial de Correição Administrativa, fls. 924, infere-se que, por meio do Processo SEI nº 00060-00181390/2017-42, a Unidade Setorial de Correição Administrativa da Controladoria Setorial da Saúde examina o resultado das apurações dispostas no Processo nº 28023/2016-e, da DIAPES deste TCDF, que trata de possíveis irregularidades no exercício de administração ou gerência de sociedades empresariais, por servidores da SES/DF. Ressaltou também que os referidos autos foram encaminhados à Diretoria de Processos Administrativos de



MPCDF

Fl. 954
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Responsabilização de fornecedores – DIPARF, para realizar gestões junto à CGDF e ao TCDF para obtenção de informações atualizadas relativas ao citado Processo nº 28023/2016-e.

46. *Análise: O órgão relata que **irá colher dados atualizados junto ao TCDF e CGDF**. Ora, a providência poderá ensejar delonga nas apurações.*

47. *De modo a agilizar o cumprimento da determinação, algumas considerações são pertinentes. No Processo nº 28023/2016-e (TCDF), **já existem informações detalhadas sobre os vínculos societários de servidores da SES/DF**, obtidos por essa Corte em trabalhos de checagem de dados, alcançando o período do **início de 2017**. No âmbito da SES/DF, a matéria tratada nos autos do referido processo do TCDF está sendo acompanhada por meio do Processo SEI nº 00060-00181390/2017-42, conforme citado nos termos in fine de fls. 924.*

48. *Para lograr cumprimento à presente determinação, **a SES/DF poderá aproveitar as empresas já identificadas no Processo nº 28023/2016- e** (Processo SEI nº 00060-00181390/2017-42) e correlacionar com aquelas que **têm contrato atual com o órgão e verificar** se existem no quadro societário das entidades contratadas servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.*

49. *Agora, **com relação a 2018**, tendo em conta que o Tribunal já alertou a SES/DF sobre a irregularidade em comento, consoante o disposto no **item V da Decisão nº 5089/2016**, cabe **abrir prazo de 30(trinta) dias para que o órgão esclareça as providências formais e ou rotinas que foram adotadas pelo órgão para sanar o problema de que trata a referida decisão**.*

50. *Sobre esse aspecto, a título de exemplo, algumas medidas singelas/rotinas que podem evitar a ocorrência da falha em questão:*

i - *antes de contratar entidades privadas, **consultar o CNPJ** da empresa contratada no sítio da Receita Federal do Brasil, para identificar o nome dos sócios. Em seguida, correlacionar os dados com o Sigrh para checar se o sócio é servidor da SES/DF; e,*

ii - *com relação aos executores de contratos, pode-se exigir declaração do servidor atestando que não trabalham ou nem tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.*

51. *Por fim, cotejando os Despachos SEI-GDF SES/CONT/USCOR (fls. 921 a 924) e SEI-GDF SES/CONT/USCOR/DITCE (925 e 926), encaminhados via Ofício SEI-GDF nº 1729/2018-SES/GAB, nota-se informação sobre Tomada de Contas Especial, objeto do Processo nº 11843/2015-e sob a responsabilidade da Secretaria de Auditoria – SEAUD, conforme informações do e-TCDF.*

52. *Nesse caso, por meio do Memorando nº 098/2018-GAB/SEFIPE, fls. 929, o assunto foi levado ao conhecimento da SEAUD, para as providências pertinentes. (Grifos acrescidos).*

22. Nessa toada, o Corpo Instrutivo sugeriu ao c. **Plenário**:

*“I) - **tomar conhecimento** dos Ofícios SEI-GDF nºs 1729/2018 – SES/GAB e 39/2018 – CGDF/SUCOR/COPDF e anexos, fls. 917/928, **considerando parcialmente atendida a Decisão nº 1380/2018**;*

*II) - **considerar**:*

*a) **insatisfatórios os esclarecimentos** apresentados pela:*



MPCDF

Fl. 955
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

- 1) **Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF**, quanto à determinação disposta no item ‘II.b.3’ da Decisão nº 1380/2018; e,
- 2) **Controladoria – Geral do DF - CGDF**, em relação ao item ‘II.a’ da Decisão nº 1380/2018.
- b) **satisfatórios os esclarecimentos apresentados pela Secretaria de Estado de Saúde em relação às diligências dispostas nos itens ‘II.b.1’, ‘II.b.2’, da Decisão nº 1380/2018;**
- III) – **determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal** que, no prazo de 30(trinta) dias, em relação as apurações desenvolvidas no **Processo nº 480.000.139/15**(apensado ao de nº 480.000.194/15), **esclareça:**
- a) **os motivos pelos quais a comissão processante ainda não concluiu a fase de instrução do processo disciplinar**, já decorridos mais de 3(três) anos e 5(cinco) meses de autuação do PAD instaurado por meio da Portaria nº 59, de 20/03/2015, devendo também, no mesmo prazo, **apresentar cronograma para conclusão dos trabalhos**, observada a natureza, a gravidade das infrações e o prazo prescricional estabelecidos na LC nº 840/11; e,
- b) **se as apurações tratadas no referido processo nº 480.000.139/15**(apensado ao de nº 480.000.194/15) abrangem matéria contida nos autos do **Processo nº 060.002.621/2017(PAD nº 019/2017)**, conforme documentos e informações enviados pela Unidade de Correição Administrativa – USCOR/CONT/SES na data de 18/06/2018, pela plataforma SEI.
- IV) - **determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal** que, no prazo de 30(trinta) dias:
- a) **apresente cronograma para conclusão dos trabalhos afetos aos 23 Processos de Apuração Disciplinar**, resultantes da Sindicância nº 005/2017, bem assim aos 2 PAD’s de nºs 002/2018(Processo nº 060.00239700/2017- 25) e 030/2018(Processo nº 00060.00030425/2018-67), observada a natureza, a gravidade das infrações e o prazo prescricional;
- b) **em relação aos Processos Administrativos Disciplinares nºs 013/2017(Processo nº 060.002.449/2017) e 018/2017(Processo nº 060.002.622/2017), enviar os relatórios conclusivos e decisões das instâncias superiores;**
- c) **esclareça se foram adotadas providências formais em face do alerta disposto no item V da Decisão nº 5.089/2016**, observando, se julgar pertinente, a indicação de medidas dispostas no alerta do item VI, alínea ‘a.1’ adiante.
- V) - **reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do DF - SES/DF** o cumprimento do item ‘II.b.3’ da Decisão nº 1380/2018, observando, a título de subsídio, a possibilidade de se **aproveitar os registros das empresas (CNPJ’s) já identificadas no Processo nº 28023/2016-e** (Processo SEI nº 00060-00181390/2017-42) e **correlacioná-los com os das empresas que têm contrato atual com o órgão para então verificar se existem no quadro societário das entidades contratadas servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.**
- VI) – **alertar:**
- a) **a Secretaria de Estado de Saúde do DF:**
- 1) a título de subsídio, sobre possíveis medidas para evitar as irregularidades apontadas no **item V** da Decisão nº 5089/2016, quais sejam:
- 1.1) **antes de contratar entidades privadas, consultar o CNPJ da empresa contratada no sítio da Receita Federal do Brasil, para identificar o nome dos**



MPCDF

Fl. 956
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

sócios. Em seguida, correlacionar os dados com o Sigrh para checar se o sócio é servidor da SES/DF; e,

1.2) com relação aos executores de contratos, exigir declaração do servidor atestando que não trabalham ou nem tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

2) em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2017, Processo nº 060.002.626/2017, carece de análise do mérito e definição da penalidade a ser aplicada, considerando os termos do art. 255, II, alínea 'b', c/c art. 256 da LC nº 840/11;

3) que tramita na Casa o Processo nº 41423/2017, que tem por objeto estudos sobre as repercussões do exercício irregular do comércio e/ou gerência ou administração de sociedade ou empresa privada (personificada ou não) por agente público.

b) o Exmo Sr. **Governador do Distrito Federal** que os processos disciplinares abaixo elencados aguardam análise do mérito e definição da penalidade a ser aplicada, considerando os termos dos arts. 202, caput e § 2º; 203 e 206; e 255, II, alínea 'a', da LC nº 840/11;

1) Processo Administrativo Disciplinar nº 012/2017, Processo nº 060.002.450/2017;

2) Processo Administrativo Disciplinar nº 015/2017, Processo nº 060.002.625/2017;

3) Processo Administrativo Disciplinar nº 016/2017, Processo nº 060.002.624/2017;

4) Processo Administrativo Disciplinar nº 017/2017, Processo nº 060.002.623/2017; e,

5) Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2017, Processo nº 060.002.620/2017.

VII – autorizar:

a) a remessa de cópia da instrução e da decisão que vier a ser adotada à Secretaria de Estado de Saúde do DF - SES/DF, à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF e à Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais; e,

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.” (Grifos no original e acrescidos).

23. Conforme r. Despacho Singular nº 0514/2018 – GCPM (fl. 948/948-v), os autos foram encaminhados ao **MPC/DF** para prolação de Parecer.

24. Findo o relato, este Órgão Ministerial passa à análise do feito.

25. Conforme é possível depreender dos autos, verifica-se que o presente giro processual cuida da verificação das medidas adotadas pela SES/DF e pela CGDF em atenção às diligências contidas na r. Decisão nº 1.380/2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

26. Nesse viés, este **Parquet** especializado **converge** com o entendimento propalado pelo Corpo Instrutivo, **exceto** quanto ao atendimento satisfatório da determinação contida no item II.b.2 da r. Decisão nº 1.380/2018.

27. A propósito, conforme obtemperou a Unidade Técnica, o e. **TCDF** pode **considerar satisfatoriamente cumprida** a diligência indicadas no item II.b.1 do aludido r. **Decisum**.

28. Do mesmo modo, em harmonia com o entendimento alcançado na Informação presente às fls. 930/946, este Órgão Ministerial entende que a c. **Corte de contas** deve considerar **descumpridas** as determinações contidas nos itens II.a e II.b.3.

29. No que concerne ao atendimento da determinação contida no item II.a da r. Decisão nº 1.380/2018, conforme obtemperou a Unidade Instrutiva, a CGDF **não elucidou** adequadamente a demanda do e. **TCDF**, em razão da não apresentação do relatório final concernente às apurações realizadas no **Processo nº 480.000.139/2015**.

30. Nesse viés, esta Quarta Procuradoria anui com a proposta de abertura de prazo para que a jurisdicionada **apresente esclarecimentos** circunstanciados acerca dos motivos que obstaram a conclusão das apurações, especialmente em razão da incompatibilidade da aparente morosidade identificada na condução do feito com o postulado da eficiência e da duração razoável do processo.

31. Ademais, considerando as informações prestadas pela SES/DF, entende-se pertinente a sugestão apresentada pela Divisão de Fiscalização de Pessoal quanto à necessidade de solicitação de informações da CGDF acerca da **suposta identidade** entre as apurações em andamento nos **Processos nº 480.000.139/2015 e 060.002.621/2017**.

32. No tocante ao item II.b.1 da r. Decisão nº 1.380/2018, apesar da pertinência da conclusão quanto ao atendimento satisfatório da diligência, este **MPC/DF** entende de bom alvitre a proposta de solicitação para que SES/DF apresente cronograma de conclusão dos 23 processos disciplinares derivados da Sindicância nº 5/2017.

33. No que pertinente aos procedimentos adotados em relação ao item II.b.2 da r. Decisão nº 1.380/2018, conforme dito alhures, o **MPC/DF** possui entendimento **parcialmente congruente** com o apresentado pelo Corpo Instrutivo.

34. Nesse sentido, considerando a ausência de envio ao e. **TCDF** do relatório conclusivo e das decisões das instâncias superiores proferidas nos **Processos nºs 060.002.449/2017** (PAD nº 13/2017) e **060.002.622/2017** (PAD nº 18/2017), aos olhos deste **MPC/DF**, o e. **TCDF** pode considerar **parcialmente cumprida** a determinação contida no item II.b.2 da r. Decisão nº 1.380/2018, sendo premente, conforme aduziu o Corpo Instrutivo, a reiteração da diligência em relação aos procedimentos correccionais indicados.



MPCDF

Fl. 958
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

35. Ainda em harmonia com o exame engendrado na informação às fls. 930/946, no sentir deste Órgão Ministerial, cabe emitir **alerta** ao Exmo. Sr. Governador quanto à carência de análise de mérito dos **Processos n^{os} 060.002.450/2017** (PAD n^o 12/2017), **060.002.625/2017** (PAD n^o 15/2017), **060.002.624/2017** (PAD n^o 16/2017), **060.002.623/2017** (PAD n^o 17/2017) e **060.002.620/2017** (PAD 20/2017), mormente em face dos arts. 202, **caput**, e § 2^o; 203 e 206; e 255, II, alínea **a**, da LC n^o 840/11.

36. Ademais, no que concerne aos **Processos n^{os} 060.00239700/2017-25** (PAD n^o 002/2018) e **060.00030425/2018-67** (PAD n^o 30/2018), a inobservância pela SES/DF do prazo estabelecido no art. 217, parágrafo único, da LC n^o 840/2011 deve ensejar **alerta** do e. **TCDF**.

37. Além disso, na esteira do entendimento apresentado na Informação presente às fls. 930/946, esta c. **Corte de Contas** pode considerar **insatisfatórios** os esclarecimentos apresentados pela SES/DF em relação à diligência contida no item II.b.3 da r. Decisão n^o 1.380/2018. Com efeito, deve o e. **TCDF** reiterar a indigitada da determinação. Outrossim, este **MPC/DF** entende adequada a sugestão no sentido de que a jurisdicionada leve em conta as apurações realizadas no âmbito do Processo n^o 28.023/2016 para identificação **da presença de servidores da SES/DF no quadro societário de contratadas pela Pasta**.

38. Do mesmo modo, salutar as medidas indicadas pela Unidade Instrutiva para obstar as irregularidades apontadas no **item V** da r. Decisão n^o 5.089/2016. A propósito, eis as providências indicadas na instrução que precede o exame desta Quarta Procuradoria:

- antes de contratar entidades privadas, consultar o CNPJ da empresa contratada no sítio da Receita Federal do Brasil, para identificar o nome dos sócios. Em seguida, correlacionar os dados com o Sigrh para checar se o sócio é servidor da SES/DF; e,
- com relação aos executores de contratos, exigir declaração do servidor atestando que não trabalham ou nem tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

39. Ante o exposto, este **Parquet** de Contas possui entendimento **convergente** com aquele contido nas Informações de fls. 930/946, sugerindo que o e. **TCDF** acolha as sugestões emanadas do Corpo Instrutivo, à exceção do reconhecimento do cumprimento da diligência contida no item II.b.2 da r. Decisão n^o 1.380/2018.

É o Parecer.

Brasília, 13 de novembro de 2018.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador